

Dívida dos estados: Collor recebe proposta

O GLOBO

23 JUL 1991

BRASÍLIA — O Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, entregou ontem ao Presidente Fernando Collor o programa de rolagem das dívidas estaduais, que prevê uma ampla negociação política com os governadores para antecipar a revisão de pontos da Constituição considerados obstáculos à redução dos gastos públicos, como a estabilidade do funcionalismo. A informação é do Secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch.

— É possível que Marcílio tenha outra audiência com Collor só para tratar desse assunto e detalhar a proposta, porque caberá ao Palácio do Planalto traçar a estratégia de negociação política — disse ele.

O Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, que defende o programa, é a favor da convocação dos governadores para estabelecer um entendimento nacional, envolvendo as bancadas no Congresso, de forma a viabilizar a revisão constitucional.

A idéia de Luiz Fernando Wellisch é dar tratamento global às dívidas dos estados, que já somam US\$ 60 bilhões. No seu entender, isto significa uniformidade de critérios, ou seja, exigir de todas as administrações o saneamento de suas finanças, de forma a possibilitar a retomada do pagamento das dívidas. Quem deve menos e já fez um esforço de ajuste terá maior liberdade

para investir, enquanto os mais endividados terão que adotar programas mais austeros.

— Quem tem dívidas elevadas financiou no passado benfeitorias em seu Estado. Por isso, não é justo impor as mesmas condições a todos e penalizar quem não investiu para sanear suas finanças — pondera o Secretário.

Esse recado ele manda principalmente para os Governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que querem que a União assuma sua dívida mobiliária. “Os estados pobres não ficariam nem um pouco felizes em pagar a conta dessa operação”, diz Wellisch.

— E tem razão — afirmam o governador Joaquim Francisco e seu colega da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, que não têm dívida mobiliária.

Mesmo sendo contrário à proposta da federalização da dívida mobiliária dos estados, Wellisch acha possível equacionar uma solução para esse tipo de endividamento. A troca temporária dos papéis por títulos federais, por exemplo, pode ser mantida para ajudar os tesouros estaduais a rolar seus papéis. Mas ele insiste em que a reprogramação dos débitos deverá impor aos estados um programa rigoroso de ajuste econômico e exigir, em contrapartida, apoio político ao Governo federal para revisar a Constituição.